

JUCESP PROTOCOLO
0.500.636/15-1



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA

ENTRE

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
como emissora,

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

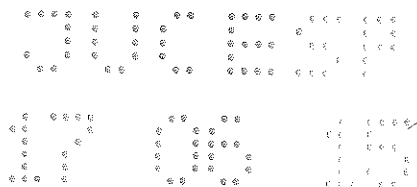
ESTRE AMBIENTAL S.A.
como fiadoras

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
*representando a comunhão dos titulares
das debêntures objeto da presente emissão*

Datado de
15 de maio de 2015





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA

Pelo presente instrumento particular, como emissora, e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo),

(a) **LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA**, sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Marechal Mário Guedes, nº 221, Jaguaré, CEP 05348-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 07.032.886/0001-02, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Companhia" ou "Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas no âmbito da Emissão (conforme abaixo definido), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

e, ainda como fiadoras:

(c) **SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, nº 967, conjuntos 101 e 102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.886.838/0001-50, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Solví"); e

(d) **ESTRE AMBIENTAL S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, torre I, 3º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.147.393/0001-



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|

59, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Estre Ambiental", e em conjunto com Solvi, "Fiadoras");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e as Fiadoras referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga" ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão os significados que lhes são atribuídos nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Para fins desta Escritura de Emissão, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

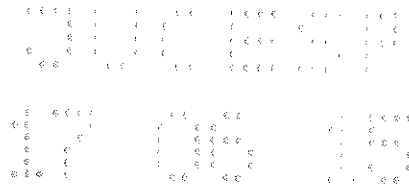
1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A realização da presente 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, pela Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente) e a realização da oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente) serão realizadas com base na aprovação dos acionistas da Emissora reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2015 ("AGE da Emissora"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.1.2. A Alienação Fiduciária de Ações da VVR (conforme definido abaixo) foi aprovada com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Vega Valorização de Resíduos S.A. – VVR ("VVR") realizada em 15 de maio de 2015 ("RCA da VVR").



3



1.1.3. A garantia fidejussória da Emissão é outorgada com base nas deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Solvi realizada em 15 de maio de 2015 (“AGE da Solvi”) e na Reunião do Conselho de Administração da Estre Ambiental realizada em 15 de maio de 2015 (“RCA da Estre Ambiental”), por meio das quais foram aprovadas a concessão de fianças pelas Fiadoras, observada a limitação representada pelo Percentual Garantido (conforme definido abaixo) por cada Fiadora, nos termos previstos no artigo 830 do Código Civil (conforme definido abaixo), com expressa renúncia aos benefícios de ordem, direitos e demais faculdades de exoneração das Fianças, seja de que natureza for, para garantir o total cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nos termos e condições desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A Emissão, a Oferta Restrita e as outorgas das Fianças (conforme definido abaixo) serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. A ata da AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal “Empresas & Negócios” (“Jornais de Publicação da Companhia”), em conformidade com o artigo 62, inciso I e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. A RCA da VVR será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal “O Dia”. A AGE da Solvi será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal “DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços”. A RCA da Estre Ambiental será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal “Empresas & Negócios”.

2.2. Arquivamento da Escritura de Emissão na JUCESP

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos registrados na JUCESP, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, logo após a obtenção do registro em questão.



2.3. Dispensa de Registro na CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3.2. Por se tratar de distribuição pública com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.5.3 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e desde que a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.



2.5. Registro das Garantias

2.5.1. A presente Escritura de Emissão, bem como seus respectivos aditamentos, em função da garantia fidejussória outorgada nos termos da Cláusula 4.15 abaixo, será registrada em até 20 (vinte) dias contados da data de sua assinatura no: (i) Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartório de São Paulo") e (ii) Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartório do Rio de Janeiro") e, em conjunto com o Cartório de São Paulo, "Cartórios", na forma prevista na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados dos seus registros nos Cartórios, a Emissora obriga-se a enviar ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura de Emissão, bem como seus respectivos aditamentos, registrados nos respectivos Cartórios mencionados acima.

2.5.2. Até a Data de Integralização (conforme definido abaixo), o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo) deverá ser devidamente assinado e registrado nos Cartórios competentes, conforme previsto no referido contrato. Adicionalmente, até a Data de Integralização, a VVR e/ou a Emissora deverão registrar o ônus constituído por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações junto ao "Livro de Registro de Ações" da Emissora.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a execução do contrato de concessão celebrado entre a Companhia e a Prefeitura Municipal de São Paulo ("Contrato de Concessão"), para prestação de serviços de limpeza urbana no Agrupamento Noroeste, conforme Licitação nº 19/SSO/2003 ("Licitação"), compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de: (a) resíduos sólidos e materiais de varredura domiciliares e residenciais; (b) resíduos sólidos domiciliares não-residenciais, assim entendidos aqueles originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros com características de Classe II *a*, conforme NBR 10004 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, até 200 (duzentos) litros por dia; (c) resíduos inertes, caracterizados como Classe II *b* pela norma técnica referida no item anterior, entre os quais entulhos, terras e sobras de materiais de construção que não excedam 50 (cinquenta) quilogramas diários, devidamente acondicionados; (d) resíduos sólidos dos serviços de saúde, conforme definições da Lei do Município de São Paulo nº 13.478/02, com redação dada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003; (e) restos de móveis, colchões, utensílios, de mudanças e outros similares, em pedaços, até 200 (duzentos) litros; e (f) resíduos sólidos originados em feiras



livres e mercados, desde que corretamente acondicionados; (ii) a prestação de serviços de interesse social, a serem definidos pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana do Município de São Paulo - AMLURB, na forma das Leis aplicáveis, do Contrato de Concessão e da regulamentação pertinente; (iii) a realização de investimentos necessários à adequada execução dos serviços objeto do Contrato de Concessão, na forma estabelecida no Contrato de Concessão, nos seus anexos e na proposta vencedora da Licitação; e (iv) execução de atividades acessórias ou complementares aos objetivos constantes dos itens acima, na forma e conforme autorizado pelo Contrato de Concessão.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. As Debêntures representam a primeira emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo primeiro do artigo 3º da Instrução CVM 476.



3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade da Alienação Fiduciária de Ações da VVR e das Fianças (conforme definido na Cláusula 4.15.1 abaixo).

3.5.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, e tampouco fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo tão somente Investidores Qualificados, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.



3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, atuará como banco liquidante da Emissão ("Banco Liquidante") e a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 atuará como escriturador mandatário das Debêntures ("Escriturador Mandatário").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão integralmente utilizados para o alongamento do passivo e investimentos da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de maio de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, contando com garantias adicionais real e fidejussória, nos termos da Cláusula 4.15 abaixo.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 15 de maio de 2020 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento (ou na data de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão,



conforme o caso), a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, pelo saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.1.5 abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido na Cláusula 4.2.2 abaixo), nos termos da Cláusula 4.2 abaixo.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.

4.2. Remuneração

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. *Juros Remuneratórios:* As Debêntures farão jus a juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, denominadas “Taxas DI over extragrupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Sobretaxa” e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), a partir da Data de Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Cláusula 4.4.1 abaixo) imediatamente anterior, conforme aplicável, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive.

4.2.2.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), referente a cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), até a data do efetivo pagamento da Remuneração das Debêntures, obedecida a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$



Sendo que:

- (a) “J” = valor unitário da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) “VNe” = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (c) “Fator Juros” = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

- (d) “Fator DI” = corresponde ao produtório das taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

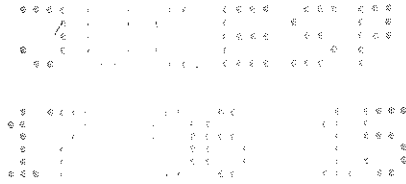
$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

- (i) “k” = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até “n”;
- (ii) “n” = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro; e
- (iii) “TDI_k” = fator da taxa DI, de ordem k, expresso ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$





Sendo que:

- (i) " k " = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;
 - (ii) " DI_k " = Taxa DI, de ordem k , expressa ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- (e) Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

- (i) "spread" = 2,9000 (dois inteiros e nove mil décimos de milésimo), informado com 4 (quatro) casas decimais; e
- (ii) "n" = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização, ou o último pagamento de Remuneração, conforme o caso, e a data atual, sendo " n " um número inteiro.

observado ainda:

- (A) "Período de Capitalização": Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida trimestralmente, conforme disposto na Cláusula 4.4 abaixo;
- (B) O fator resultante da expressão $(1 + DI_k)$ deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;

44



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

- (C) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (D) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (E) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.2.2.2. Observado o disposto na Cláusula 4.2.2.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDIk, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelas Fiadoras ou pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.2.3. Em caso de extinção, limitação ou ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias corridos e consecutivos da data esperada para a sua apuração e/ou divulgação ou, imediatamente, em caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.2.2.3, convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração adotada pelos agentes de mercado em operações similares à Emissão ("Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, da Remuneração Substitutiva, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada para apuração de TDIk, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora, as Fiadoras e/ou os Debenturistas quando da deliberação da Remuneração Substitutiva. Caso os Debenturistas reunidos em AGD, representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 4.2.2.4 abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, a Emissora deverá, em até 30 (trinta) dias contados da data da realização da AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, resgatar a totalidade as Debêntures pelo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior,



conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem incidência de qualquer prêmio, sendo que durante este período as Debêntures serão remuneradas pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.2.2.4. Para fins de fixação de quórum desta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação", todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo-se, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.2.2.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD e não haja qualquer vedação legal quanto a sua utilização, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.2.6. As Fiadoras desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 4.2.2.2 e 4.2.2.3 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos dos artigos 360 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de fevereiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mantendo-se as Fianças válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora e às Fiadoras, conforme aplicável, de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. As Fiadoras, desde já, concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação da definição da Remuneração Substitutiva, conforme disposto na Cláusula 4.2.2.3 acima.

4.2.2.7. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures terá período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da Data de Emissão ("Período de Carência do Principal").

4.3.2. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta



Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário será amortizado em parcelas trimestrais e consecutivas, a partir do término do Período de Carência do Principal, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 15 de maio de 2017 e o último na Data de Vencimento, observados os seguintes percentuais de amortizações por período (cada um, um “Período de Amortização”):

| Datas de Amortização | Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado: |
|-------------------------|--|
| 15 de maio de 2017 | 7,6923% |
| 15 de agosto de 2017 | 7,6923% |
| 15 de novembro de 2017 | 7,6923% |
| 15 de fevereiro de 2018 | 7,6923% |
| 15 de maio de 2018 | 7,6923% |
| 15 de agosto de 2018 | 7,6923% |
| 15 de novembro de 2018 | 7,6923% |
| 15 de fevereiro de 2019 | 7,6923% |
| 15 de maio de 2019 | 7,6923% |
| 15 de agosto de 2019 | 7,6923% |
| 15 de novembro de 2019 | 7,6923% |
| 15 de fevereiro de 2020 | 7,6923% |
| 15 de maio de 2020 | Saldo do Valor Nominal Unitário |

4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

4.4.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de amortização extraordinária, resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em parcelas trimestrais, a partir da Data de Emissão, sempre nos dias 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de agosto de 2015 e o último na Data de Vencimento (cada uma delas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados (i) pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) pelas Fiadoras, por meio do Escriturador Mandatário ou em suas sedes.



Handwritten signatures and initials, including a large 'u' and a signature that appears to be '75'.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere à integralização das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na Cláusula 4.5 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.10. Forma de Integralização

4.10.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.



16

4.11. Repactuação Programada

4.11.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Companhia ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.loga.com.br) ("Aviso aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.14. Imunidade de Debenturistas

4.14.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Do contrário, terá descontado dos seus rendimentos decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

4.14.2. O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item 4.14.1 acima, e que tiver essa



condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar tal fato de forma detalhada e por escrito ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante.

4.15. Garantia Fidejussória

4.15.1. Nos termos dos artigos 818 e seguintes do Código Civil, cada uma das Fiadoras, neste ato, obriga-se, solidariamente com a Emissora, observada a limitação representada pelo Percentual Garantido, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como garantidora, renunciando expressamente aos benefícios e direitos descritos na Cláusula 4.15.3 abaixo, obrigando-se como fiadora e principal pagadora responsável em solidariedade com a Emissora, pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração e os Encargos Moratórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, sempre observada a limitação representada pelo Percentual Garantido ("Fianças" e "Obrigações Garantidas").

4.15.1.1. Para todos os fins desta Escritura de Emissão, fica estabelecido que a fiança prestada por cada uma das Fiadoras, em favor da Emissora, no que se refere às Obrigações Garantidas, estará, nos termos do artigo 830 do Código Civil, limitada aos percentuais das Obrigações Garantidas estabelecidos a seguir ("Percentual Garantido"), sendo certo que cada Fiadora será solidariamente responsável apenas por seu respectivo Percentual Garantido, não havendo, para fins do artigo 829 do Código Civil, solidariedade entre as Fiadoras:

| Fiadora | Percentual Garantido |
|-----------------|----------------------|
| Solvi | 62,35% |
| Estre Ambiental | 37,65% |

4.15.2. Cada uma das Fiadoras obriga-se a pagar, observado o limite do Percentual Garantido definido na Cláusula 4.15.1.1 acima, o valor correspondente às Obrigações Garantidas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras informando a falta de pagamento pela Emissora, na data de pagamento respectiva, de



qualquer parte das Obrigações Garantidas. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras de acordo com o estabelecido nesta Escritura de Emissão e fora do âmbito da CETIP.

4.15.3. As Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza e demais direitos previstos nos artigos 277, 333 parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.15.4. As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venha(m) a honrar, total ou parcialmente, as Fianças objeto desta Cláusula 4.15, observado, entretanto, que as Fiadoras desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelas Fiadoras nos termos das Fianças somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores que até então lhes sejam devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.15.4.1. As Fiadoras concordam e se obrigam a, caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

4.15.5. As Fianças entrarão em vigor na Data de Emissão, permanecendo válidas em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável cumprimento integral de todas as Obrigações Garantidas, inclusive nos casos de prorrogação da Data de Vencimento.

4.15.6. As Fiadoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total das Obrigações Garantidas.

4.15.7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída pela presente Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial das Fianças prevista nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, e não pago o valor garantido no prazo definido no item 4.15.2 acima.

4.15.7.1. As Fianças poderão ser excutidas e exigidas pelo Agente Fiduciário, observado o Percentual Garantido por cada Fiadora, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as Obrigações Garantidas.



4.15.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução das Fianças não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.16. Garantia Real

4.16.1. Como garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, deverá ser constituída, até a Data de Integralização, a alienação fiduciária de ações de emissão da Emissora representativas de, aproximadamente, 62,347% (sessenta e dois inteiros e trezentos e quarenta e sete milésimos por cento) do capital social da Emissora, de titularidade da VVR, por meio do “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a VVR e o Agente Fiduciário e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora (“Alienação Fiduciária de Ações da VVR” e “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”, respectivamente).

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados por escrito pelas Partes e posteriormente arquivados na JUCESP e nos competentes Cartórios.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, a partir da Data de Emissão (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), mediante o envio de comunicação escrita, que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo Total, dirigida ao Agente Fiduciário, à CETIP e aos Debenturistas (podendo tal comunicação aos Debenturistas se dar por meio de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.12 acima) (“Comunicação de Resgate”), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data de Resgate Antecipado Facultativo Total”).

6.1.2. A Comunicação de Resgate deverá conter as seguintes informações: (i) a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) o percentual do prêmio aplicável, conforme definido na Cláusula



20

6.1.5 abaixo; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.2.1. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada desde a Data de Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, acrescida do prêmio conforme definido na Cláusula 6.1.5 abaixo ("Prêmio de Resgate"). O Prêmio de Resgate incidirá sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) acrescido da Remuneração, conforme previsto na Comunicação de Resgate.

6.1.3. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

6.1.4. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ocorrer em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP.

6.1.5. O Prêmio de Resgate a ser pago na Data de Resgate Antecipado Facultativo Total será calculado conforme tabela abaixo:

| Período | Prêmio de Resgate (flat) |
|---|-----------------------------|
| Entre 15 de maio de 2015 (exclusive) e 15 de novembro de 2015 (inclusive) | 0,90% |
| Entre 15 de novembro de 2015 (exclusive) e 15 de maio de 2016 (inclusive) | 0,85% |
| Entre 15 de maio de 2016 (exclusive) e 15 de novembro de 2016 (inclusive) | 0,80% |
| Entre 15 de novembro de 2016 (exclusive) e 15 de maio de 2017 (inclusive) | 0,75% |
| Entre 15 de maio de 2017 (exclusive) e 15 de novembro de 2017 (inclusive) | 0,70% |
| Entre 15 de novembro de 2017 (exclusive) e 15 de maio de 2018 (inclusive) | 0,65% |
| Entre 15 de maio de 2018 (exclusive) e 15 de novembro de 2018 (inclusive) | 0,60% |
| Entre 15 de novembro de 2018 (exclusive) e 15 de maio de 2019 (inclusive) | 0,50% |



21

| | |
|---|-------|
| Entre 15 de maio de 2019 (exclusive) e 15 de novembro de 2019 (inclusive) | 0,40% |
| Entre 15 de novembro de 2019 (exclusive) e 14 de maio de 2020 (inclusive) | 0,30% |

6.2. Resgate Antecipado Facultativo Parcial

6.2.1. A Emissora não poderá realizar o resgate antecipado parcial das Debêntures.

6.3. Amortização Extraordinária

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, amortizar extraordinariamente até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) acrescido da Remuneração incidente sobre o valor a ser amortizado extraordinariamente e do prêmio conforme definido na Cláusula 6.3.3 abaixo ("Prêmio de Amortização" e "Amortização Extraordinária", respectivamente), mediante o envio de comunicação escrita, que deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária, dirigida ao Agente Fiduciário, à CETIP e aos Debenturistas (podendo tal comunicação aos Debenturistas se dar por meio de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.12 acima) ("Comunicação de Amortização Extraordinária"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da efetiva Amortização Extraordinária ("Data de Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária em valor superior ao indicado não poderá ser realizada, devendo ser substituída por Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures.

6.3.2. A Comunicação de Amortização Extraordinária deverá conter as seguintes informações (i) a Data de Amortização Extraordinária, (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado; (iii) o percentual do Prêmio de Amortização aplicável, conforme definido na Cláusula 6.3.3 abaixo, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

6.3.3. O Prêmio de Amortização a ser pago na Data de Amortização Extraordinária será calculado conforme tabela abaixo:

| Período | Prêmio de Amortização (flat) |
|---|------------------------------|
| Entre 15 de maio de 2015 (exclusive) e 15 de novembro de 2015 (inclusive) | 0,90% |
| Entre 15 de novembro de 2015 (exclusive) e 15 de | 0,85% |



Handwritten signature and initials.

| | |
|---|-------|
| maio de 2016 (inclusive) | |
| Entre 15 de maio de 2016 (exclusive) e 15 de novembro de 2016 (inclusive) | 0,80% |
| Entre 15 de novembro de 2016 (exclusive) e 15 de maio de 2017 (inclusive) | 0,75% |
| Entre 15 de maio de 2017 (exclusive) e 15 de novembro de 2017 (inclusive) | 0,70% |
| Entre 15 de novembro de 2017 (exclusive) e 15 de maio de 2018 (inclusive) | 0,65% |
| Entre 15 de maio de 2018 (exclusive) e 15 de novembro de 2018 (inclusive) | 0,60% |
| Entre 15 de novembro de 2018 (exclusive) e 15 de maio de 2019 (inclusive) | 0,50% |
| Entre 15 de maio de 2019 (exclusive) e 15 de novembro de 2019 (inclusive) | 0,40% |
| Entre 15 de novembro de 2019 (exclusive) e 14 de maio de 2020 (inclusive) | 0,30% |

6.4.Aquisição Facultativa

6.4.1. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures por preço não superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento pela Emissora e pelas Fiadoras, conforme o caso, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração,



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



23

[Handwritten signature]

calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos previstos em lei e/ou das hipóteses previstas nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2 abaixo (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”).

7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos abaixo acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente após a ciência da ocorrência dos respectivos eventos, à Emissora e às Fiadoras comunicação escrita informando tal acontecimento:

- (a) descumprimento, pela Emissora e pelas Fiadoras, observadas as condições e prazos de pagamento estabelecidos nesta Escritura de Emissão, conforme estabelecido na Cláusula 4.15.2 acima, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e nos demais documentos relativos à Oferta Restrita não sanado no prazo de 1 Dia Útil, contado da data do respectivo inadimplemento;
- (b) ocorrência de (i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora; (ii) decretação de falência da Emissora; (iii) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (iv) pedido de falência formulado por terceiros de boa fé em face da Emissora que não tenha sido elidido no prazo legal; ou (v) ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial ou pedido de recuperação extrajudicial, independentemente de seu deferimento;
- (c) ocorrência de (i) dissolução, liquidação ou extinção das Fiadoras; (ii) decretação de falência das Fiadoras; (iii) pedido de autofalência formulado pelas Fiadoras; (iv) pedido de falência formulado por terceiros de boa fé em face das Fiadoras que não tenha sido elidido no prazo legal; ou (v) ingresso pelas Fiadoras em juízo com requerimento de recuperação judicial ou pedido de recuperação extrajudicial, independentemente de seu deferimento, exceto, em todos os casos aqui previstos, se a Fiança prestada pela respectiva Garantidora afetada for substituída, observado o disposto na Cláusula 10.3.2, item (vii) abaixo;
- (d) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
- (e) caso qualquer uma das Fianças venha a se tornar ineficaz ou inexequível por decisão transitada em julgado, e tal ineficácia ou inexequibilidade não seja revertida no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados a partir de sua ocorrência, ou caso tal Fiança não venha a ser



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



24

[Handwritten signature]

substituída ou reforçada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da referida decisão transitada em julgado, observado o disposto na Cláusula 10.3.2, item (vii) abaixo;

- (f) caso a Alienação Fiduciária de Ações da VVR: (i) se torne insuficiente e não seja reforçada no prazo estabelecido no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, nos termos do artigo 333, inciso III, do Código Civil; (ii) por decisão judicial, seja anulada, considerada nula, inválida ou inexecutável não sendo substituída ou sanada sua nulidade, invalidade ou inexecutabilidade nos prazos estabelecidos no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; ou (iii) de qualquer forma, deixe de existir, seja rescindida ou transferida, por qualquer motivo, não sendo substituída no prazo estabelecido no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (g) a Emissora transferir, prometer transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder a terceiros, os seus direitos e obrigações decorrentes dos documentos relacionados à Oferta Restrita, sem a prévia anuência de Debenturistas, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD para esta finalidade;
- (h) as Fiadoras transferirem, prometerem transferir ou por qualquer forma cederem, ou prometerem ceder a terceiros, as suas obrigações decorrentes dos documentos relacionados à Oferta Restrita, sem a prévia anuência de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD para esta finalidade; ou
- (i) redução do capital social da Emissora com outra finalidade que não absorção de prejuízos sem que haja anuência prévia de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD para esta finalidade.

7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação:

- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ou nos demais documentos relativos à Oferta Restrita, não sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico e/ou para quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento para os quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;



25

- (b) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora não sanada dentro do prazo previsto no respectivo documento e/ou declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se (i) tal inadimplemento decorrer de aplicação de multas ou autos de infração, aplicados pelo poder concedente ou agência reguladora das atividades da Emissora, cujo valor devido seja, no máximo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) do exercício social da Emissora em que a multa/auto de infração faz referência ou (ii) dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data do respectivo descumprimento, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional suspendendo o pagamento dos valores devidos ao(s) respectivo(s) credor(es);
- (c) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária das Fiadoras não sanada dentro do prazo previsto no respectivo documento e/ou declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das Fiadoras, em valor individual ou agregado superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data do respectivo descumprimento, as Fiadoras comprovem a existência de provimento jurisdicional suspendendo o pagamento dos valores devidos ao(s) respectivo(s) credor(es);
- (d) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou das Fiadoras no âmbito do mercado financeiro e/ou de capitais não sanada dentro do prazo previsto e sem que haja qualquer possibilidade de negociação com o credor no respectivo documento e com a expressa declaração de vencimento antecipado do respectivo documento;
- (e) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio enquanto a Emissora e/ou as Fiadoras estiverem inadimplentes com as obrigações das Debêntures, exceto pelos dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior ao equivalente em moeda nacional a R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais), exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de intimação para pagamento do protesto ou no prazo estabelecido para pagamento ou, caso inferior aos 15 (quinze) Dias Úteis, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou susinado; ou (c) foram prestadas garantias em juízo;
- (g) protesto de títulos contra qualquer uma das Fiadoras, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior ao equivalente em moeda nacional a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões



reais), exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de intimação para pagamento do protesto ou no prazo estabelecido para pagamento ou, caso inferior aos 15 (quinze) Dias Úteis, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) foram prestadas garantias em juízo;

- (h) ocorrência de alterações no controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou das Fiadoras, excetuando-se (i) os casos em que a transferência de controle ocorrer entre empresas do mesmo grupo dos atuais acionistas diretos e/ou indiretos da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme aplicável, ou (ii) houver prévio consentimento de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD para esta finalidade;
- (i) cisão, total ou parcial, fusão ou incorporação da Emissora e/ou das Fiadoras, inclusive incorporação de ações, (i) exceto por cisão, total ou parcial, fusão ou incorporação em que sejam mantidos os atuais acionistas diretos e/ou indiretos da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme aplicável, ou; (ii) houver prévio consentimento de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD para esta finalidade;
- (j) caso a Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ou qualquer uma de suas disposições relevantes forem revogadas, rescindidas, se tornarem nulas ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor;
- (k) alteração do objeto social da Companhia e/ou das Fiadoras, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD para esta finalidade; (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia e/ou das Fiadoras; ou (c) não agregar às atividades principais da Companhia e/ou das Fiadoras novos negócios que tenham prevalência ou que possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (l) não cumprimento pela Emissora de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado que resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se (i) a Emissora cumprir com tal obrigação no prazo estipulado; (ii) tal decisão judicial ou sentença arbitral for extinta ou tiver sua eficácia suspensa por força de provimento jurisdicional no prazo de 30 (trinta) dias após a



- data de referida sentença arbitral ou do trânsito em julgado; ou (iii) for comprovado o depósito em juízo da quantia referida na decisão condenatória;
- (m) não cumprimento pelas Fiadoras de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado que resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se (i) as Fiadoras cumprirem com tal obrigação no prazo estipulado; ou (ii) tal decisão judicial ou sentença arbitral for extinta ou tiver sua eficácia suspensa por força de provimento jurisdicional no prazo de 30 (trinta) dias após a data de referida sentença arbitral ou do trânsito em julgado; ou (iii) for comprovado o depósito em juízo da quantia referida na decisão condenatória;
- (n) questionamento judicial, pela Companhia, pelas Fiadoras, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia e/ou das Fiadoras ("Controladora"), por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia e/ou pelas Fiadoras ("Controlada", sendo que tal definição pode se referir apenas à Controlada da Companhia ou apenas à Controlada de qualquer das Fiadoras se assim expressamente previsto), e/ou por qualquer coligada da Companhia e/ou das Fiadoras, desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou das Fianças;
- (o) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (p) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás de funcionamento ou licenças essenciais para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que acarretem uma suspensão nas atividades da Emissora e reduzam de forma relevante o faturamento da Emissora impactando de forma adversa e relevante a capacidade de pagamento das Debêntures pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação, ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional suspendendo os efeitos da não renovação, cancelamento, revogação, ou suspensão das referidas autorizações e licenças;
- (q) arresto ou sequestro ou penhora (exceto quando na penhora forem opostos, no prazo legal, os competentes embargos à execução ou, quando referido arresto, sequestro ou penhora vier a ser substituído por garantia, através de fiança, depósito ou seguro garantia judicial) de bens do ativo permanente da Emissora que acarretem uma suspensão nas atividades da Emissora e reduzam de forma relevante o faturamento da Emissora impactando de forma adversa e relevante a capacidade de pagamento das Debêntures pela Emissora, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do fato, o arresto ou sequestro em questão seja cancelado ou suspenso;



28

- (r) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade dos ativos da Emissora, e/ou das Fiadoras, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data do respectivo ato, a Emissora e/ou as Fiadoras, conforme o caso, comprovem a existência contestação judicial questionando referido ato governamental;
- (s) constituição de qualquer ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima) sobre ativo(s) da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto aqueles constituídos em decorrência de contratos de financiamento com bancos de fomento ou caixas econômicas, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Caixa Econômica Federal; ou
- (t) não manutenção, pela Emissora, do índice financeiro correspondente ao quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 2,85 (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos) (“Índice Financeiro”), a ser apurado anualmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social.

Para fins desta Escritura de Emissão, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Dívida Líquida”: significa, com base nas demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora de cada exercício social: (a) o somatório de empréstimos e financiamentos tomados com instituição financeira ou não, emissões de títulos de dívida no mercado local ou internacional; (b) menos as disponibilidades (somatório do caixa mais aplicações financeiras) desoneradas e não vinculadas; e

“EBITDA”: significa, com base nas demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora de cada exercício social: o lucro ou o prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização, bem como subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas relativas a variações no valor justo de propriedades.



7.1.3. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora, conforme previsto na Cláusula 4.15.2 acima, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização (ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.7 desta Escritura de Emissão.

7.1.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando acerca do vencimento antecipado em questão.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder:
- (a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como relatório específico de apuração do Índice Financeiro, elaborado pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento do Índice Financeiro, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, (ii) cópia de qualquer comunicação, em conformidade com a Instrução CVM 476 e a Lei das Sociedades Anônimas, feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração assinada por representante legal da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando: (x) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (y) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento



antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (z) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (a.2) em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
 - (a.3) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; e
 - (a.4) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").
- (b) dentro de, no máximo 5 (cinco) Dias Úteis após a Data de Integralização, disponibilizar em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores, cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
 - (c) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea "a.3" acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas, no âmbito da presente da Emissão, bem como a ocorrência de qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, operacional, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes da Emissão;
 - (d) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;



- (e) manter um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir que: (a) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, AGD para deliberar sobre quaisquer das matérias que se relacionem com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário, deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (g) cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM, como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, caso aplicável;
- (h) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (i) manter atualizados e em boa ordem seus livros e registros societários;
- (j) indicar um diretor que ficará responsável pelo atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;
- (k) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor e não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social, Escritura de Emissão ou quaisquer outros documentos relativos à Oferta Restrita;
- (l) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (m) divulgar a ocorrência de fato relevante em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder;
- (n) tomar as medidas necessárias para:
- (n.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios conforme o seu objeto social e as práticas comerciais usuais; e



- (n.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho;
- (o) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures na CETIP, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento da CETIP;
- (p) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) a CETIP;
- (q) observar as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção de seu inciso III;
- (r) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima, assegurando que os recursos decorrentes da Emissão não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que possam causar danos sociais e que não atendam rigorosamente às normas legais e regulamentares que regem a Política Nacional de Meio Ambiente e às disposições estabelecidas pelos Princípios do Equador;
- (s) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (t) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP e pela CVM;
- (u) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (caso aplicável);
- (v) colaborar com o Coordenador Líder para o atendimento integral das obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009 (conforme aplicáveis);
- (x) manter-se existente, com seu atual objeto social, bem como com todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares aplicáveis, ressalvadas as hipóteses de imaterialidade;



- (z) observar a legislação socioambiental, em especial, a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como observar as normas relativas à prostituição ou utilização em suas atividades de mão de obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo. O descumprimento desta obrigação será verificado (i) pelo proferimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou controladora direta, apontando tal inobservância ou incentivo; ou (ii) pela inclusão da Emissora em qualquer espécie de lista oficial de empresas que descumprem regras de caráter socioambiental, desde que: (a) em quaisquer dos casos, não revertido no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do respectivo proferimento; ou (b) dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a parte interessada comprovar a assinatura de Termo de Ajuste de Conduta. A assinatura, de Termos de Ajustamento de Conduta, junto a órgãos sociais e/ou ambientais não implica, sob nenhuma hipótese, em descumprimento da obrigação prevista nesse item; e

8.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

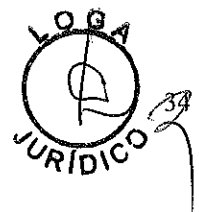
8.3. As Fiadoras estão adicionalmente obrigadas a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a.1) dentro de, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, (i) cópia das suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (ii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) das Fiadoras atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;

(a.2) em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;

(a.3) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, acompanhadas de um relatório das Fiadoras contendo a descrição da ocorrência e das



medidas que as Fiadoras pretendem tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; e

- (a.4) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM 28.
- (b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea “a.3” acima, acerca de qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas, bem como a ocorrência de qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre qualquer das Fiadoras, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, operacional, jurídica ou de qualquer outra natureza, de qualquer das Fiadoras, de modo a afetar a capacidade de qualquer das Fiadoras de cumprir com suas obrigações decorrentes da Emissão;
- (c) manter um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir que: (a) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (d) manter atualizados e em boa ordem seus livros e registros societários;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) tomar as medidas necessárias para:
- (f.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais; e
- (f.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho;



[Handwritten signature]



35 *[Handwritten signature]*

- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP e pela CVM;
- (h) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (i) manter-se existente, com seu atual objeto social, bem como com todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares aplicáveis, ressalvadas as hipóteses de imaterialidade; e
- (j) observar a legislação socioambiental, em especial, a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como observar as normas relativas à prostituição ou utilização em suas atividades de mão de obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo. O descumprimento desta obrigação será verificado (i) pelo proferimento de decisão judicial transitada em julgado contra quaisquer das Fiadoras, apontando tal inobservância ou incentivo; ou (ii) pela inclusão de qualquer uma das Fiadoras em qualquer espécie de lista oficial de empresas que descumprem regras de caráter socioambiental, desde que: (a) em quaisquer dos casos, não revertido no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data do respectivo proferimento; ou (b) dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a parte interessada comprovar a assinatura de Termo de Ajuste de Conduta. A assinatura, de Termos de Ajustamento de Conduta, junto a órgãos sociais e/ou ambientais não implica, sob nenhuma hipótese, em descumprimento da obrigação prevista nesse item.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.



36

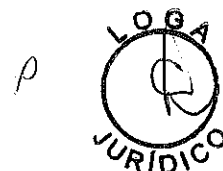
9.2. Declarações do Agente Fiduciário

9.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (a) ser instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora e/ou com as Fiadoras que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

- (m) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula VII desta Escritura de Emissão;
- (n) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- (o) que assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário; e
- (p) conforme exigência do artigo 12, inciso XVII, alínea “k”, da Instrução CVM 28, na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia de Projetos Ambientais S.A. (“1ª Emissão da CPA”), com vencimento em 06 de junho de 2020, em que foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures, sendo 300 (trezentas) debêntures da primeira série e 200 (duzentas) debêntures da segunda série, no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na data de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. As debêntures da 1ª Emissão da CPA são garantidas por garantia fidejussória da Solví, da Koleta Ambiental Ltda. e da GRI Gerenciamento de Resíduos Industriais Ltda., bem como de alienação fiduciária de 50% (cinquenta por cento) das ações de emissão da Essencis Soluções Ambientais S.A., de titularidade da Solví, e de cessão fiduciária de conta vinculada dos direitos creditórios principais e acessórios de titularidade da Companhia de Projetos Ambientais S.A., conforme previsto na respectiva escritura de emissão; e (ii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Manaus Ambiental S.A. (“1ª Emissão da Manaus”), com vencimento em 8 de novembro de 2018, em que foram emitidas 50 (cinquenta) debêntures no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na data de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. As debêntures da 1ª Emissão da Manaus são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Solví e pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (iii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Revita Engenharia S.A. (“1ª Emissão da Revita”), com vencimento



38

em 16 de dezembro de 2018, em que foram emitidas 70 (setenta) debêntures, no valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na data de emissão. Até a presente data foi verificado evento de amortização, não tendo sido, contudo, verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. As debêntures da 1ª Emissão da Revita são garantidas por garantia fidejussória da Solvi, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; e (iv) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, da Estre Ambiental ("2ª Emissão da Estre Ambiental"), com vencimento em 14 de dezembro de 2017, em que foram emitidas 3.000 (três mil) debêntures, no valor de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões reais), na data de emissão. Até a presente data foi verificado evento de amortização, não tendo sido, contudo, verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. As debêntures da 2ª Emissão da Estre Ambiental são garantidas por garantia fidejussória da Estre Petróleo, Gás e Energia Ltda., Pilares Participações Ltda., Cavo Serviços e Saneamento S.A., Resicontrol Soluções Ambientais S.A., Oxil Manufatura Reversa e Gerenciamento de Resíduos Ltda., CGR Sergipe Ltda., CTR Itaboraí – Centro de Tratamento de Resíduos Itaboraí Ltda., Viva Ambiental e Serviços S.A., GEO Vision Soluções Ambientais e Energia S.A., por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Viva Ambiental e Serviços S.A., alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da V2 Ambiental SPE S.A., alienação fiduciária das quotas representativas da totalidade do capital social LMG Participações Ltda., alienação fiduciária de quotas representativas da totalidade do capital social da Tahaa Transportes Ltda., alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da GEO Vision Soluções Ambientais e Energia S.A., bem como por cessão fiduciária de direitos de crédito provenientes de contratos comerciais celebrados pela emissora, pela Estre Petróleo, Gás e Energia Ltda. e/ou pela Pollydutos Montagem e Construção Ltda., conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo



de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, que deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição, nos termos das Cláusulas 10.1 e seguintes abaixo.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em AGD especialmente convocada para tal fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP e nos competentes Cartórios.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável, devendo, no caso da substituição, formalizar o aditamento a presente Escritura de Emissão, que será devidamente arquivado na JUCESP e nos competentes Cartórios.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto em questão receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora ou as Fiadoras não o façam, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando aos Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Fianças, com base nas demonstrações financeiras e nas declarações prestadas pelas Fiadoras, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora e/ou das Fiadoras perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e das Fiadoras;



- (j) solicitar, quando considerar necessário, dentro dos limites de razoabilidade, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora e/ou nas Fiadoras, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa que fundamente a necessidade da referida auditoria;
- (k) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 03 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo, sendo certo que o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários para a elaboração deste serão enviados pela Emissora no prazo máximo de 20 (vinte) dias antes do encerramento do prazo junto à CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social:
- (m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (m.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras nesta Escritura de Emissão;
 - (m.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



(m.8) pagamentos da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(m.9) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Fianças prestadas nos termos das Cláusulas 4.15 acima; e

(m.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.

(n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “m” acima aos Debenturistas no prazo disposto na regulamentação aplicável, ao menos nos seguintes locais:

(o.1) na sede da Emissora;

(o.2) em sua sede social;

(o.3) na CVM;

(o.4) na CETIP; e

(o.5) na sede do Coordenador Líder;

(o) publicar, nos Jornais de Publicação da Companhia, anúncio comunicando aos Debenturistas sobre a disponibilidade do relatório nos locais indicados na alínea “n” acima;

(p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, após subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;

(q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos



administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas acerca das eventuais inadimplências verificadas;

- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, acerca da ciência de qualquer inadimplemento, por parte da Emissora e/ou das Fiadoras, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (s) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (t) disponibilizar, diariamente, o Valor Nominal Unitário e a Remuneração das Debêntures calculados pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado em sua central de atendimento e/ou seu *website* (www.pentagonotrustee.com.br);
- (u) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- (v) acompanhar a apuração do Índice Financeiro, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento das informações mencionadas na Cláusula 8.1, alínea (a.1), acima.

9.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento de obrigações assumidas neste instrumento somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

9.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas, à Emissora ou às Fiadoras. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer



forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.4.4. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento do Índice Financeiro.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora e/ou as Fiadoras, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora e/ou das Fiadoras:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Fianças e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional aos Debenturistas;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora e das Fiadoras, desde que esgotados os prazos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, bem como, esgotados, sem êxito, os meios de execução das Fianças; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou das Fiadoras.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "e" da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Serão devidas ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º



(quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subseqüentes.

9.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora, se assim solicitado por esta, a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGP-M”), ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata temporis*, se necessário.

9.6.6. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação aos tributos sobre operações da espécie, bem como quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, excetuando-se o IR (Imposto de Renda).

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora.

9.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados



[Handwritten signatures]

A



[Handwritten signatures]
46

pro rata temporis desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago e multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário por todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega de cópia dos comprovantes de pagamento.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme o caso, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios razoáveis de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;



- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e das Fiadoras e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e às Fiadoras, em razão de motivo justificado;
- (c) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, transportes e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções;
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (f) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.6. O Agente Fiduciário, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas nesta Cláusula 9.7 reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

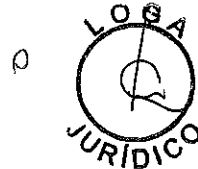
CLÁUSULA X

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À AGD aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As AGDs podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.



10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

10.1.3. As AGDs deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 5 (cinco) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as AGDs se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.3. Quórum de Deliberação

10.3.1. Nas deliberações das AGDs, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, ou pelos demais quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.2. Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima as seguintes alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) das disposições desta Cláusula; (ii) da Remuneração (exceto pelo previsto na Cláusula 4.2.1.3 acima); (iii) do quórum de deliberação das AGDs; (iv) do prazo de vigência das Debêntures; (v) da forma de pagamento das Debêntures; (vi) dos Eventos de Inadimplemento (inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário), exceto conforme previsto na Cláusula 7.1.2 acima; e (vii) dos termos e condições das Fianças.



P



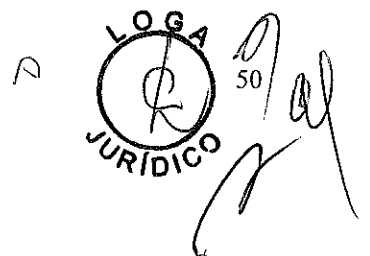
10.3.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e das Fiadoras nas AGDs, a não ser quando a presença delas seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

10.3.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

11.1. A Emissora e as Fiadoras declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) são sociedades por ações, devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais, estatutários e regulatórios necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Distribuição, e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem nenhuma disposição relevante, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer dos contratos relevantes de que são partes, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos relevantes para a condução dos negócios da Emissora e/ou das Fiadoras;
- (e) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e das Fiadoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência,



insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

- (f) detêm, na medida do aplicável, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto para os casos em que tais licenças estejam em processo legal de obtenção e/ou renovação mediante respectiva comprovação;
- (g) estão cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto quando o não cumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não afete o cumprimento das obrigações da Emissora ou das Fiadoras no âmbito da Emissão;
- (h) as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, e as informações financeiras trimestrais relativas ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2014 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e das Fiadoras nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e das Fiadoras referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e das Fiadoras, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou as Fiadoras fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para as Fiadoras, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou das Fiadoras;
- (i) não foram citadas em nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora e/ou às Fiadoras, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações financeiras trimestrais disponibilizadas pela Emissora e pelas Fiadoras, conforme o caso;
- (j) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e sobre as Fiadoras, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da



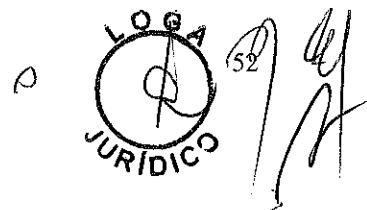
Emissora e das Fiadoras, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

- (k) não omitiram ou omitirão nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures;
- (l) não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer evento de inadimplemento;
- (o) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (p) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora e das Fiadoras, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável; e
- (q) estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.

11.2. A Emissora e as Fiadoras comprometem-se a notificar em até 1 (um) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.



[Handwritten signature]



CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por quaisquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Avenida Marechal Mário Guedes, nº 221

05348-010 - São Paulo, SP

At.: Sr. Adriana Oliveira

Tel.: (11) 2165-3500

E-mail: aboliveira@loga.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 313 e 314, Barra da Tijuca

22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

São Paulo, SP

CEP 03084-010

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 2797-4204

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br



Para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

São Paulo, SP

CEP 04538-132

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 2797-4204

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

01452-001 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para as Fiadoras:

Solvi Participações S.A.

Rua Bela Cintra, nº 967, conjuntos 101 e 102

São Paulo, SP

At.: Sr. José Francivito Diniz

Tel.: (11) 3124-2500

Fax: (11) 3124-3561

E-mail: jdiniz@solvi.com

Estre Ambiental S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, torre I, 3º andar,

São Paulo, SP

At.: Roberto Nakagome e Júlio Volotão

Tel.: (11) 3709-2300

E-mail: roberto.nakagome@estre.com.br/julio.volotao@estre.com.br

12.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado



por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de quaisquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou das Fiadoras prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora, pelas Fiadoras ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Ainda, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora ou das Fiadoras, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora e das Fiadoras, conforme aplicável, elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.3.2. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

12.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

12.4.1. Caso qualquer uma das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



P



12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Atualização de Valores

12.7.1. A partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, todos os valores em Reais (R\$) dela constantes, inclusive os mencionados na Cláusula VII acima, deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração.

12.8. Despesas

12.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) decorrentes do registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações nos Cartórios competentes; e (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão e a AGE da Emissora.

12.9. Irrevogabilidade e Irretratabilidade

12.9.1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.



12.10. Lei Aplicável

12.10.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.11. Foro

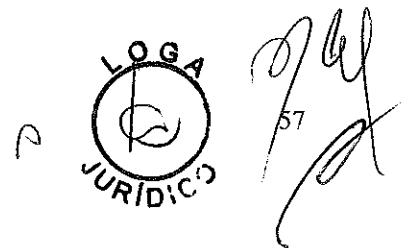
12.11.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 15 de maio de 2015.

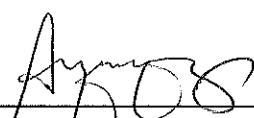



[Handwritten signatures]



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga")

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA


Nome: Anderson Vasquez
Cargo: Diretor Presidente

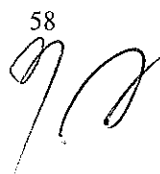

Nome: Nelson José Steh
Cargo: Diretor de Operações







P

58


(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga")

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Carla Beatriz Mendes Ribeiro

Nome:

Cargo:

~~Ana Beatriz Mendes Ribeiro~~
Diretora Jurídica



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

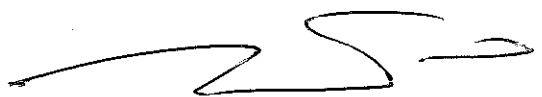
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

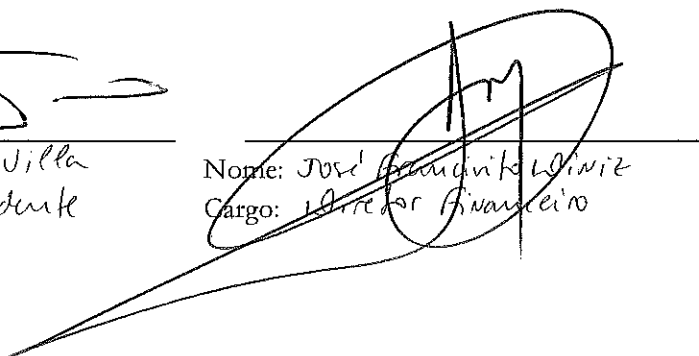
[Handwritten mark]

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga")

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: Carlos Real Villa
Cargo: Diretor Presidente



Nome: José Francisco Laviniz
Cargo: Diretor Financeiro



P

60

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga")

ESTRE AMBIENTAL S.A.

Nome:

Cargo:

Roberto Nakagome
Diretor Financeiro

Nome:

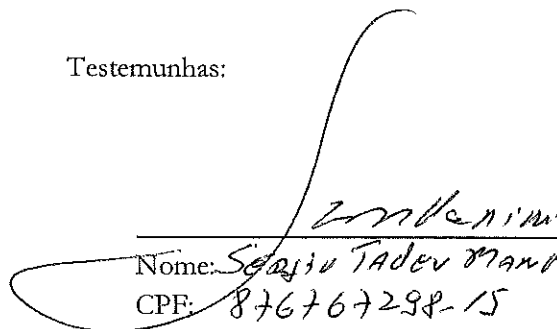
Cargo:


Julio Voladão
Diretor Jurídico



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga")

Testemunhas:


Nome: Sérgio Tadeu Mandarim
CPF: 876767298-15


Nome: Carlos Fernandes de Souza
CPF: RG. 22.963.219-1
CPF. 118.923.058-52

